

Rogério Sanches Cunha

*Manual de*  
**Direito Penal**  
**Parte Geral** (arts. 1º ao 120)

**VOLUME ÚNICO**

**7ª** | revista  
edição | ampliada  
atualizada

**2019**



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

---

C972m Cunha, Rogério Sanches.  
Manual de direito penal: parte geral (arts. 1º ao 120) / Rogério Sanches Cunha –  
7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: JusPODIVM, 2019.  
640 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-2461-8.

1. Direito penal. 2. Parte geral. I. Título.

CDD 341.5

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

## Parte 1

### INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

#### ▶ *Capítulo I*

<b>NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....</b>	<b>33</b>
1. Definição.....	33
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal.....	34
3. Funcionalismo.....	36
4. Categorias do Direito Penal .....	37
5. “Privatização” do Direito Penal.....	41
6. As velocidades do Direito Penal .....	42

#### ▶ *Capítulo II*

<b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL .....</b>	<b>45</b>
1. Introdução.....	45
2. Vingança Penal .....	45
2.1. Vingança divina.....	45
2.2. Vingança privada.....	45
2.3. Vingança pública .....	46
3. Direito Penal na Grécia Antiga.....	47
4. Direito Penal em Roma .....	47
5. Direito Penal Germânico .....	48
6. Direito Penal na Idade Média .....	49
7. A Idade Moderna, o período humanitário e o Iluminismo .....	50
8. Escolas Penais.....	52
8.1. A Escola Clássica .....	52
8.2. A Escola Positiva.....	53



2.3.3.	Princípio da culpabilidade .....	110
2.3.4.	Princípio da igualdade .....	110
2.3.5.	Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa) .....	111
2.4.	Princípios relacionados com a pena .....	116
2.4.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana .....	116
2.4.2.	Princípio da individualização da pena .....	117
2.4.3.	Princípio da proporcionalidade .....	117
2.4.4.	Princípio da pessoalidade .....	117
2.4.5.	Princípio da vedação do “bis in idem” .....	117
▶ <i>Capítulo VI</i>		
<b>EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO .....</b>		<b>121</b>
1.	Introdução .....	121
2.	Tempo do crime .....	121
3.	Sucessão de leis no tempo .....	122
3.1.	Sucessão de lei incriminadora .....	123
3.2.	<i>Novatio legis in pejus</i> .....	123
3.3.	<i>Abolitio criminis</i> .....	124
3.4.	<i>Novatio legis in melius</i> .....	125
3.5.	Princípio da continuidade normativo-típica .....	129
4.	Lei temporária e lei excepcional .....	130
4.1.	Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais .....	131
5.	Lei penal no tempo: questões complementares .....	132
5.1.	Retroatividade da jurisprudência .....	132
5.2.	Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco .....	134
5.3.	Lei intermediária .....	136
▶ <i>Capítulo VII</i>		
<b>EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO .....</b>		<b>137</b>
1.	Princípios aplicáveis e territorialidade .....	137
2.	Lugar do crime .....	140
3.	Extraterritorialidade .....	141
4.	Pena cumprida no estrangeiro .....	144
▶ <i>Capítulo VIII</i>		
<b>EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS .....</b>		<b>147</b>
1.	Introdução .....	147
2.	Imunidades diplomáticas .....	147

3.	Imunidades parlamentares .....	149
3.1.	Imunidade parlamentar absoluta ( <i>freedom of speech</i> ).....	149
3.2.	Imunidade parlamentar relativa .....	151
3.2.1.	Relativa ao foro .....	152
3.2.2.	Relativa à prisão.....	154
3.2.3.	Relativa ao processo .....	159
3.2.4.	Relativa à condição de testemunha .....	159
3.3.	Imunidades parlamentares e o estado de sítio .....	160
3.4.	Imunidades do parlamentar licenciado .....	160
3.5.	Imunidades dos deputados estaduais.....	160
3.6.	Imunidades dos vereadores .....	163
3.7.	Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri .....	165

► *Capítulo IX*

<b>DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>167</b>
1. Eficácia da sentença estrangeira .....	167
2. Contagem do prazo .....	168
3. Frações não computáveis da pena .....	169
4. Conflito aparente de normas.....	169
4.1. Especialidade ( <i>lex specialis derogat legi generali</i> ) .....	170
4.2. Subsidiariedade ( <i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i> ) .....	171
4.3. Consunção ( <i>lex consumens derogat legi consumptae</i> ) .....	172

*Parte 2*

**TEORIA GERAL DO CRIME**

► *Capítulo I*

<b>INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME .....</b>	<b>177</b>
1. Introdução.....	177
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal .....	178
3. Diferenças entre crime e contravenção penal.....	179
3.1. Quanto à pena privativa de liberdade imposta.....	179
3.2. Quanto à espécie de ação penal.....	179
3.3. Quanto à admissibilidade da tentativa .....	180
3.4. Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira .....	180
3.5. Quanto à competência para processar e julgar .....	180

3.6.	Quanto ao limite das penas.....	180
3.7.	Quanto ao período de prova do <i>sursis</i> .....	180
3.8.	Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	181
3.9.	Quanto à possibilidade de confisco .....	181
3.10.	Quanto à ignorância ou à errada compreensão da lei.....	181
4.	Sujeitos do crime .....	182
4.1.	Sujeito ativo.....	182
4.2.	Sujeito passivo.....	189
4.2.1.	Classificações de vítimas .....	193
4.2.2.	Vitimização .....	195
4.2.2.1.	Vitimização primária, vitimização secundária e vitimização terciária .....	197
5.	Objetos (material e jurídico) do crime material.....	198
6.	Classificação doutrinária de crimes.....	200
6.1.	Crime material, formal e de mera conduta .....	200
6.2.	Crime comum, próprio e de mão própria.....	201
6.3.	Crime doloso, culposo e preterdoloso.....	201
6.4.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.....	202
6.5.	Crime consumado e tentado .....	202
6.6.	Crime de dano e de perigo .....	203
6.7.	Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	203
6.8.	Crime plurissubjetivo e unissubjetivo .....	204
6.9.	Crime comissivo e omissivo.....	205
6.10.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	206
6.11.	Crime habitual .....	206
6.12.	Outras classificações .....	206
7.	Substratos do crime.....	217
▶ <i>Capítulo II</i>		
<b>FATO TÍPICO</b> .....		<b>219</b>
1.	Introdução.....	219
2.	Conduta.....	219
2.1.	Teoria Causalista .....	220
2.2.	Teoria Neokantista .....	222
2.3.	Teoria Finalista .....	224
2.4.	Teoria social da ação.....	227
2.5.	Teorias funcionalistas.....	228

2.5.1.	Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal .....	228
2.5.2.	Funcionalismo Radical, Sistêmico ou Monista .....	229
2.6.	Teoria da ação significativa .....	232
2.7.	Características e elementos da conduta .....	233
2.8.	Causas de exclusão da conduta .....	233
2.8.1.	Caso Fortuito ou de Força Maior .....	233
2.8.2.	Involuntariedade.....	234
2.8.3.	Coação física irresistível (vis absoluta) .....	235
2.9.	Formas de conduta.....	235
2.9.1.	Quanto à voluntariedade do agente .....	235
2.9.1.1.	Do crime doloso.....	236
2.9.1.2.	Do crime culposo .....	242
2.9.1.3.	Do crime preterdoloso .....	252
2.9.2.	Erro de tipo.....	253
2.9.2.1.	Erro de tipo x Erro de proibição .....	254
2.9.2.2.	Erro de tipo: espécies.....	254
2.9.2.3.	Erro de tipo: questões complementares.....	263
2.9.3.	Quanto ao modo de execução.....	265
2.9.3.1.	Crime comissivo.....	265
2.9.3.2.	Crime omissivo.....	266
2.9.3.3.	Crime de conduta mista.....	272
3.	Resultado.....	272
4.	Nexo causal.....	276
4.1.	Conceito.....	276
4.2.	Concausas .....	279
4.3.	A teoria da imputação objetiva.....	283
4.3.1.	Criação ou incremento de um risco proibido.....	285
4.3.2.	Realização do risco no resultado.....	287
4.3.3.	Resultado se encontra dentro do alcance do tipo.....	287
4.4.	Causalidade nos crimes omissivos.....	288
5.	Tipicidade penal.....	290
5.1.	Evolução da tipicidade penal.....	290
5.2.	Tipicidade conglobante.....	291
5.3.	Espécies de tipicidade formal .....	292
5.4.	Tipo penal: elementos.....	293
5.5.	Tipo penal: modalidades .....	295



▶ *Capítulo III*

<b>ILICITUDE.....</b>	<b>297</b>
1. Conceito.....	297
2. Relação entre tipicidade e ilicitude.....	298
3. Causas excludentes da ilicitude (descriminantes ou justificantes).....	300
3.1. Estado de necessidade.....	302
3.1.1. Requisitos do estado de necessidade.....	303
3.1.2. Estado de necessidade e erro na execução.....	308
3.2. Legítima defesa.....	308
3.2.1. Requisitos da legítima defesa.....	309
3.2.2. Legítima defesa e erro na execução.....	314
3.3. Estrito cumprimento de um dever legal.....	315
3.4. Exercício regular de um direito.....	316
3.4.1. A problemática dos “ofendículos”.....	317
3.5. Consentimento do ofendido.....	318
3.6. <i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> : o emprego da tortura na iminência de um ato terrorista.....	321
4. Excesso nas justificantes.....	324
5. Discriminante putativa.....	326

▶ *Capítulo IV*

<b>CULPABILIDADE.....</b>	<b>329</b>
1. Conceito.....	329
2. Teorias da culpabilidade.....	331
2.1. Teoria psicológica da culpabilidade.....	331
2.2. Teoria psicológica normativa.....	332
2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade (ou extremada da culpabilidade)..	332
2.4. Teoria limitada da culpabilidade.....	332
2.5. Teoria da coculpabilidade.....	333
3. A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato.....	334
4. Culpabilidade formal e material.....	335
5. Elementos da culpabilidade.....	335
5.1. Imputabilidade.....	335
5.1.1. Causas de imputabilidade.....	337
5.1.2. A imputabilidade do índio não integrado.....	345
5.1.3. A emoção e paixão.....	346
5.1.4. A constatação da imputabilidade.....	346

5.2.	Potencial consciência da ilicitude .....	347
5.2.1.	Erro de proibição.....	348
5.2.1.1.	Espécies de erro de proibição .....	350
5.2.1.2.	Erro de proibição e erro de tipo .....	351
5.3.	Exigibilidade de conduta.....	351
5.3.1.	Coação irresistível .....	352
5.3.1.1.	Requisitos da coação irresistível .....	352
5.3.2.	Obediência hierárquica .....	353
5.3.2.1.	Requisitos da obediência hierárquica.....	354
5.3.3.	Dirimentes supralegais .....	356
5.4.	Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade .....	359

► *Capítulo V*

<b>PUNIBILIDADE</b> .....	<b>361</b>
1. Conceito.....	361
2. Causas de extinção da punibilidade.....	362
2.1. Morte do agente.....	364
2.2. Anistia, graça e indulto.....	365
2.2.1. Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados.....	366
2.3. “Abolitio criminis” .....	368
2.4. Decadência .....	368
2.5. Perempção.....	370
2.6. Prescrição .....	370
2.6.1. Conceito .....	370
2.6.2. Hipóteses de imprescritibilidade .....	371
2.6.3. Prescrição: fundamentos.....	372
2.6.4. Prescrição: espécies.....	372
2.6.4.1. Prescrição da pretensão punitiva .....	373
2.6.4.2. Prescrição da pretensão executória (PPE) .....	389
2.6.5. Prescrição e atos infracionais.....	393
2.6.6. A prescrição da pena de multa .....	393
2.6.7. A redução dos prazos prescricionais.....	394
2.7. Renúncia ao direito de agir .....	395
2.8. Perdão (aceito) do ofendido.....	396
2.9. Retratação do agressor.....	398
2.10. Perdão judicial .....	399

▶ *Capítulo VI*

<b>"ITER CRIMINIS" .....</b>	<b>403</b>
1. Introdução.....	403
2. Fases do crime .....	403
2.1. Cogitação .....	403
2.2. Atos preparatórios .....	404
2.3. Atos executórios .....	404
2.4. Consumação .....	406
3. Crime consumado .....	406
4. Da tentativa .....	408
4.1. Infrações penais que não admitem tentativa .....	411
5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	413
5.1. Desistência voluntária .....	415
5.2. Arrependimento eficaz.....	417
6. Arrependimento posterior .....	418
6.1. Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa .....	421
7. Crime impossível.....	424

▶ *Capítulo VII*

<b>CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES .....</b>	<b>427</b>
1. Introdução.....	427
2. Conceito .....	427
3. Requisitos .....	428
4. Formas de praticar o crime quanto ao sujeito .....	430
4.1. Autoria ( <i>Animus auctoris</i> ).....	430
4.2. Autoria mediata .....	433
4.3. Autoria colateral.....	437
4.4. Multidão delinquente.....	438
4.5. Coautoria .....	439
4.6. Participação ( <i>Animus socii</i> ) .....	440
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva.....	442
4.6.2. Participação negativa .....	443
5. Concurso de pessoas em crimes culposos .....	443
6. Concurso de pessoas em crimes omissivos .....	443
7. Punibilidade no concurso de pessoas.....	445
8. Participação de menor importância .....	445

9. Participação dolosamente distinta.....	447
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	448
11. Participação impunível.....	449

### Parte 3

## TEORIA GERAL DA PENA

### ► Capítulo I

<b>CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PENA.....</b>	<b>453</b>
1. Introdução.....	453
2. Finalidades (ou funções) da pena.....	454
2.1. Finalidade da pena no Brasil.....	455
3. Justiça restaurativa, justiça reparatoria e justiça negociada.....	456
4. Princípios informadores da pena.....	459
5. Penas proibidas no Brasil.....	466
6. Penas permitidas no Brasil.....	469
7. Execução provisória da pena.....	471

### ► Capítulo II

<b>APLICAÇÃO DA PENA.....</b>	<b>475</b>
1. Introdução.....	476
2. Fixação da pena privativa de liberdade.....	476
3. Primeira fase de aplicação da pena.....	477
3.1. Culpabilidade do agente.....	479
3.2. Antecedentes do agente.....	479
3.3. Conduta social do agente.....	481
3.4. Personalidade do agente.....	481
3.5. Motivos do crime.....	482
3.6. Circunstâncias do crime.....	482
3.7. Consequências do crime.....	482
3.8. Comportamento da vítima.....	483
4. Segunda fase de aplicação da pena.....	483
4.1. Das agravantes.....	485
4.1.1. Reincidência (art. 61, I).....	487
4.1.2. Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, "a").....	492
4.1.3. Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, "b")...	492

4.1.4.	Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, "c").....	492
4.1.5.	Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, "d").....	493
4.1.6.	Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, "e") .....	493
4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, "f")	494
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, "g").....	495
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, "h") .....	496
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, "i") .....	497
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, "j") .....	497
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, "l") .....	497
4.1.13.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62).....	498
4.2.	Das atenuantes.....	498
4.2.1.	Menoridade (art. 65, I, 1ª parte) .....	500
4.2.2.	Senilidade (art. 65, I, 2ª parte).....	501
4.2.3.	O desconhecimento da lei (art. 65, II) .....	501
4.2.4.	Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, "a").....	502
4.2.5.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, "b").....	502
4.2.6.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, "c") .....	503
4.2.7.	Ter o agente confessado espontaneamente perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, "d") .....	503
4.2.8.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, "e") .....	506

4.2.9.	Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66).....	506
5.	Terceira fase de aplicação da pena.....	507
5.1.	Concurso (homogêneo) de causas de aumento.....	509
5.2.	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição.....	510
5.3.	Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição .....	511
6.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	511
6.1.	Regime fechado.....	512
6.2.	Regime semiaberto .....	515
6.3.	Regime aberto.....	516
6.4.	Pena de reclusão.....	517
6.5.	Pena de detenção.....	519
6.6.	Pena de prisão simples.....	519
6.7.	Regime de cumprimento de pena do índio .....	520
6.8.	Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher .....	520
6.9.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	520
7.	Penas e medidas alternativas à prisão .....	522
7.1.	As penas restritivas de direitos.....	522
7.1.1.	Introdução.....	522
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies .....	523
7.1.3.	Restritivas de direitos: características .....	528
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos.....	529
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados)	530
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal.....	531
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo.....	531
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	532
7.1.9.	Restritivas de direitos: regras da substituição .....	532
7.1.10.	Restritivas de direitos: conversão.....	533
7.2.	A pena de multa.....	535
7.2.1.	Introdução.....	535
7.2.2.	Aplicação da pena de multa .....	536
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	538
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa .....	539
7.2.5.	Causas de suspensão e interrupção da prescrição da pena de multa .....	541
7.2.6.	Cumulação de penas de multa .....	541
7.2.7.	A multa e a Lei Maria da Penha.....	542

7.2.8. Pena de multa e prestação pecuniária: distinções.....	542
7.3. A suspensão condicional da pena (“sursis”).....	543
7.3.1. Conceito e natureza jurídica .....	543
7.3.2. Sistemas.....	544
7.3.3. Espécies, requisitos e condições.....	545
7.3.4. Revogação .....	547
7.3.5. Cassação.....	550
7.3.6. Prorrogação.....	550
7.3.7. Extinção.....	550
7.4. Livramento condicional .....	552
7.4.1. Conceito e natureza jurídica .....	552
7.4.2. Requisitos .....	553
7.4.2.1. Objetivos .....	553
7.4.2.2. Subjetivos.....	555
7.4.3. Condições.....	556
7.4.3.1. Obrigatórias.....	557
7.4.3.2. Facultativas .....	557
7.4.4. Concessão e execução .....	557
7.4.5. Revogação.....	559
7.4.5.1. Obrigatória.....	559
7.4.5.2. Facultativa.....	560
7.4.6. Prorrogação.....	560
7.4.7. Extinção.....	562

► *Capítulo III*

<b>CONCURSO DE CRIMES .....</b>	<b>563</b>
1. Conceito.....	563
2. Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes .....	564
3. Concurso material .....	564
3.1. Condenação a penas de reclusão e detenção .....	565
3.2. Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos.....	565
3.3. Concurso material e penas restritivas de direitos.....	566
4. Concurso formal.....	566
5. Continuidade delitiva.....	569
5.1. Crime continuado genérico ou comum.....	570
5.2. Crime continuado específico .....	573

6.	Questões complementares.....	575
6.1.	Concurso de crimes e prescrição.....	575
6.2.	Concurso de crimes e suspensão condicional do processo.....	575
6.3.	Concurso de crimes e pena de multa.....	576
6.4.	Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais .....	576
6.5.	Concurso de crimes e Lei nº 12.403/2011 .....	577
6.6.	Concurso de crimes na execução penal.....	577

► *Capítulo IV*

<b>DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....</b>	<b>579</b>	
1.	Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança .....	579
2.	Princípios informadores das medidas de segurança.....	580
3.	Espécies de medida de segurança .....	581
4.	Pressupostos da medida de segurança .....	582
5.	Aplicação das medidas de segurança .....	583
5.1.	Duração da medida de segurança .....	583
5.2.	Perícia médica.....	584
6.	Desinternação ou liberação condicional.....	584
7.	Reinternação do agente.....	585
8.	Conversão da pena em medida de segurança.....	585
9.	Internação cível .....	587
10.	Extinção da punibilidade e medida de segurança .....	587
11.	Medida de segurança provisória.....	589

► *Capítulo V*

<b>EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....</b>	<b>591</b>	
1.	Introdução.....	591
2.	Efeitos extrapenais genéricos .....	592
2.1.	Tornar certa a obrigação de indenizar.....	592
2.2.	Confisco dos instrumentos e produtos do crime .....	592
2.2.1.	Confisco em decorrência do tráfico de drogas .....	595
3.	Efeitos extrapenais específicos .....	596
3.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	596
3.1.1.	Efeitos administrativos da condenação .....	596
3.1.2.	Efeitos políticos da condenação.....	597
3.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	601



3.3.	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso .....	603
4.	Efeito da condenação na legislação extravagante .....	603
4.1.	Lei de Tortura .....	604
4.2.	Lei de Organização Criminosa .....	604
4.3.	Lei nº 7.716/89 – Preconceito Racial.....	604
4.4.	Lei de Lavagem de Capitais .....	604
4.5.	Lei de Falência .....	605
4.6.	Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal.....	605
▶ <i>Capítulo VI</i>		
	<b>REABILITAÇÃO</b> .....	<b>607</b>
1.	Conceito e cabimento.....	607
1.1.	Assegurar sigilo das condenações .....	607
1.2.	Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP).....	608
2.	Requisitos .....	609
3.	Revogação.....	610
4.	Competência e recurso.....	610
5.	Reabilitação e pluralidade de condenações.....	610
▶ <i>Capítulo VII</i>		
	<b>AÇÃO PENAL</b> .....	<b>611</b>
1.	Introdução.....	611
2.	Características do direito de ação.....	611
3.	Condições da ação .....	612
4.	Classificação da ação penal.....	613
4.1.	Ação penal pública incondicionada .....	614
4.2.	Ação penal pública condicionada .....	615
4.2.1.	Da representação do ofendido .....	615
4.2.2.	Da requisição do Ministro da Justiça .....	618
4.3.	Ação penal de iniciativa privada.....	620
4.3.1.	Ação penal exclusivamente privada .....	620
4.3.2.	Ação penal privada personalíssima.....	624
4.3.3.	Ação penal privada subsidiária da pública .....	624
4.3.4.	Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada.....	625

4.4. Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP) .....	628
4.5. Ação penal nos crimes contra a honra .....	628
4.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	629
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>635</b>

# ÍNDICE DE PERGUNTAS

## Parte 1

### INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

<input checked="" type="checkbox"/>	Costumes criam infrações penais?.....	63
<input checked="" type="checkbox"/>	Costumes revogam infrações penais?.....	63
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual, então, a finalidade do costume no ordenamento jurídico-penal?.....	64
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual lei deve ser aplicada se, no decorrer da prática de um crime permanente ou crime continuado, sobrevém lei mais grave?.....	123
<input checked="" type="checkbox"/>	Como ficam os efeitos da condenação na hipótese de “abolitio criminis”?.....	125
<input checked="" type="checkbox"/>	Depois do trânsito em julgado, qual o juiz competente para aplicar a lei penal mais benéfica?.....	126
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível a aplicação da lei penal mais benéfica durante o seu período de “vacatio legis”?.....	126
<input checked="" type="checkbox"/>	Como proceder em caso de dúvida sobre qual a lei penal mais benéfica?.....	127
<input checked="" type="checkbox"/>	Para beneficiar o réu, admite-se combinação de leis penais?.....	128
<input checked="" type="checkbox"/>	A título de exemplo, imagine-se que a lei A disponha sobre determinado crime prevendo a pena de 2 a 4 anos e multa, enquanto a lei B, passando a disciplinar o mesmo crime, preveja pena de 4 a 8 anos, sem a previsão de multa. É possível conjugar a lei A com a lei B para punir o réu com pena de 2 a 4 anos e sem multa (combinando as partes favoráveis de ambas as leis)?.....	128
<input checked="" type="checkbox"/>	Embaixada é extensão do território que representa?.....	140
<input checked="" type="checkbox"/>	Aplica-se a lei brasileira ao crime cometido a bordo de embarcação privada estrangeira de passagem pelo mar territorial brasileiro?.....	140
<input checked="" type="checkbox"/>	CAIO, autor de homicídio executado no estrangeiro, foge e retorna ao território brasileiro antes do fim das investigações. A lei brasileira alcança este fato?.....	144
<input checked="" type="checkbox"/>	CAIO será processado e julgado no Brasil pela Justiça Federal ou Estadual?.....	144
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a comarca competente para o processo e julgamento?.....	144

<input checked="" type="checkbox"/>	O diplomata não deve obediência à nossa Lei?.....	148
<input checked="" type="checkbox"/>	Quais os limites da imunidade parlamentar material?.....	150
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe prisão civil contra o Congressista devedor de alimentos?.....	158

## Parte 2

### TEORIA GERAL DO CRIME

<input checked="" type="checkbox"/>	Quais as consequências ao se adotar (ou optar) pela etiqueta de crime ou contravenção penal para determinado comportamento humano indesejado pelo meio social?.....	179
<input checked="" type="checkbox"/>	Pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo de crime?.....	182
<input checked="" type="checkbox"/>	E se, constatada a prática de um crime, a pessoa jurídica for dissolvida durante a apuração ou o processo criminal?.....	186
<input checked="" type="checkbox"/>	Pessoa jurídica de direito público pode ser responsabilizada penalmente por delito ambiental?.....	186
<input checked="" type="checkbox"/>	Pode o homem ser, ao mesmo tempo, sujeito ativo e passivo do crime?.....	192
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível crime sem objeto material?.....	198
<input checked="" type="checkbox"/>	O que se entende por crime ultracomplexo?.....	204
<input checked="" type="checkbox"/>	A conduta, como acabamos de apresentar, é um dos elementos do fato típico, e, uma vez ausente, não se pode falar em crime ( <i>nullum crimen sine conducta</i> ). Mas o que vem a ser, efetivamente, conduta?.....	219
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual teoria (da conduta) foi seguida pelo nosso Código Penal?.....	231
<input checked="" type="checkbox"/>	Quais as diferenças entre a culpa consciente e o dolo eventual?.....	248
<input checked="" type="checkbox"/>	E o racha (competição de veículos automotores em via pública sem autorização legal)? Dolo eventual ou culpa consciente?.....	248
<input checked="" type="checkbox"/>	Como tratar o atropelamento praticado por motorista embriagado?.....	248
<input checked="" type="checkbox"/>	Existe compensação de culpas no Direito Penal?.....	250
<input checked="" type="checkbox"/>	E a concorrência de culpas?.....	251
<input checked="" type="checkbox"/>	O reincidente em crime preterdoloso deve ser tratado como reincidente em crime doloso ou culposo?.....	253
<input checked="" type="checkbox"/>	Como aferir a (in)evitabilidade do erro?.....	255
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual resultado (naturalístico ou normativo) integra o crime?.....	274

<input checked="" type="checkbox"/>	Na relação tipicidade x ilicitude, qual teoria norteia nosso ordenamento jurídico?	299
<input checked="" type="checkbox"/>	A decisão de arquivamento do inquérito policial com fundamento na exclusão da ilicitude faz coisa julgada material? .....	301
<input checked="" type="checkbox"/>	O estado de necessidade é faculdade ou direito? .....	302
<input checked="" type="checkbox"/>	Quais personagens possuem esse dever? .....	305
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe estado de necessidade em crime habitual e permanente?.....	307
<input checked="" type="checkbox"/>	O furto famélico é crime? .....	307
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível estado de necessidade contra estado de necessidade? .....	308
<input checked="" type="checkbox"/>	O estado de necessidade é comunicável? .....	308
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível legítima defesa no crime de rixa? .....	312
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível legítima defesa recíproca? .....	314
<input checked="" type="checkbox"/>	Admite-se legítima defesa contra quem age em estado de necessidade?.....	314
<input checked="" type="checkbox"/>	O particular pode invocar a discriminante do estrito cumprimento do dever legal? .....	316
<input checked="" type="checkbox"/>	A integridade física é bem jurídico disponível? .....	320
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível o consentimento do ofendido nos crimes culposos? .....	321
<input checked="" type="checkbox"/>	As discriminantes putativas retratam qual espécie de erro? .....	326
<input checked="" type="checkbox"/>	O sonâmbulo é considerado portador de doença mental? .....	337
<input checked="" type="checkbox"/>	E o surdo-mudo? .....	338
<input checked="" type="checkbox"/>	E o erro sobre elementos normativos do tipo? .....	350
<input checked="" type="checkbox"/>	Então é possível crime sem punibilidade (sem efeito)? .....	361
<input checked="" type="checkbox"/>	Aos crimes hediondos e equiparados, admite-se o indulto humanitário, ou seja, aquele concedido por razões de grave deficiência física ou em virtude de debilitado estado de saúde do requerente?.....	367
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual o interesse do Estado continuar agindo se, ao final, já antevê a extinção do seu direito de punir?.....	387
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a diferença entre o início da execução (punível) e a fase anterior (atos preparatórios, em regra impuníveis)?.....	405
<input checked="" type="checkbox"/>	O que vem a ser crime exaurido? .....	407
<input checked="" type="checkbox"/>	Como se dá a punição do crime tentado? .....	408

<input checked="" type="checkbox"/>	O que se entende por tentativa supersticiosa ou irreal? .....	411
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível tentativa na culpa imprópria?.....	411
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível tentativa no dolo eventual?.....	413
<input checked="" type="checkbox"/>	E a tentativa nos crimes de ímpeto? .....	413
<input checked="" type="checkbox"/>	A violência imprópria (que, sem o emprego efetivo de força física ou grave ameaça, também atinge a capacidade de resistência da vítima) impede a causa de redução de pena prevista no art. 16 do CP? .....	419
<input checked="" type="checkbox"/>	A reparação do dano, requisito do arrependimento posterior, se comunica ao corréu? .....	422
<input checked="" type="checkbox"/>	A recusa da vítima, não aceitando o valor de reparação ofertado pelo autor, impede o arrependimento posterior? .....	423
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a diferença entre crime impossível e delito putativo? .....	426
<input checked="" type="checkbox"/>	Todos os concorrentes do evento ilícito responderão pela mesma infração penal? .....	429
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a teoria adotada pelo nosso Código Penal na definição de autor do crime? ..	432
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível autoria mediata nos crimes culposos? .....	434
<input checked="" type="checkbox"/>	E nos crimes próprios e de mão própria? .....	434
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível coautoria em crime próprio?.....	439
<input checked="" type="checkbox"/>	E nos crimes de mão própria? .....	439
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível coautoria em crime omissivo próprio?.....	444
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe participação em crime omissivo impróprio? .....	445

### *Parte 3*

## **TEORIA GERAL DA PENA**

<input checked="" type="checkbox"/>	Então o que configura maus antecedentes?.....	480
<input checked="" type="checkbox"/>	Existe limitação temporal para a condenação anterior ser considerada para efeitos de maus antecedentes (a exemplo do que já acontece com a agravante da reincidência)? .....	481
<input checked="" type="checkbox"/>	E se ficar constatado o concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes? ...	484
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a ordem de preponderância no concurso de agravantes e atenuantes?.....	484
<input checked="" type="checkbox"/>	As agravantes sempre agravam a pena? .....	485

<input checked="" type="checkbox"/>	As agravantes incidem em todos os crimes? .....	486
<input checked="" type="checkbox"/>	Agravante não articulada na denúncia pode ser reconhecida?.....	486
<input checked="" type="checkbox"/>	Condenação passada pode servir como maus antecedentes e, ao mesmo tempo, agravante da reincidência? .....	490
<input checked="" type="checkbox"/>	O instituto da reincidência, por si só, não caracteriza "bis in idem"?.....	491
<input checked="" type="checkbox"/>	A vingança é motivo torpe? .....	492
<input checked="" type="checkbox"/>	As atenuantes sempre atenuam a pena? .....	498
<input checked="" type="checkbox"/>	As atenuantes incidem em todos os crimes?.....	500
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe a atenuante quando a confissão é qualificada (ou somente quando simples)?.....	504
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível a compensação entre a circunstância agravante da reincidência e a circunstância atenuante da confissão espontânea do réu?.....	505
<input checked="" type="checkbox"/>	A substituição da prisão por penas alternativas é direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz sentenciante?.....	523
<input checked="" type="checkbox"/>	E na hipótese do inc. V (proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos)? .....	527
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual o prazo da pena restritiva? .....	528
<input checked="" type="checkbox"/>	O autor de crime preterdoloso, para valer-se dos benefícios da substituição da prisão por penas alternativas, deve preencher os requisitos do crime doloso ou culposos? .....	529
<input checked="" type="checkbox"/>	Presentes os requisitos legais, pode o magistrado substituir a pena de prisão por outra multa, cumulando, portanto, a multa substitutiva da prisão com a multa principal? .....	542
<input checked="" type="checkbox"/>	O "sursis" é direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz sentenciante? ....	543
<input checked="" type="checkbox"/>	Existe algum tipo de "sursis" incondicionado?.....	546
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível "sursis" sucessivos e simultâneos? .....	551
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe a medida alternativa do "sursis" para estrangeiro? .....	551
<input checked="" type="checkbox"/>	A falta grave interrompe o prazo para o livramento? .....	555
<input checked="" type="checkbox"/>	No crime continuado é indispensável a homogeneidade subjetiva?.....	572
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual lei deve ser aplicada se, no decorrer da prática de um crime continuado, sobrevém lei mais grave?.....	574
<input checked="" type="checkbox"/>	Aplica-se continuidade delitiva em crimes contra a vida?.....	574

<input checked="" type="checkbox"/>	Admite-se, no mesmo contexto fático, crime continuado e concurso formal?.....	574
<input checked="" type="checkbox"/>	E no caso de agente capaz na data da conduta, mas que desenvolve anomalia psíquica no curso da execução da pena (superveniência de doença mental)?.....	585
<input checked="" type="checkbox"/>	O que fazer quando escoado o limite de internação e a periculosidade do agente persistir? .....	587
<input checked="" type="checkbox"/>	E se o produto ou proveito do crime não for encontrado ou estiver localizado no exterior? .....	594
<input checked="" type="checkbox"/>	Ora, se a LEP já assegura o sigilo, bastando o cumprimento ou extinção da pena, qual é a utilidade da reabilitação nesse ponto? .....	607
<input checked="" type="checkbox"/>	A reabilitação impede a reincidência de crime futuro? .....	609
<input checked="" type="checkbox"/>	Como saber qual ação penal a ser utilizada para perseguir a pena de determinado crime?.....	614
<input checked="" type="checkbox"/>	E no caso de vítima com 17 anos casada, quem representa? .....	617
<input checked="" type="checkbox"/>	Diante da mudança na regra da ação penal dos crimes sexuais, os fatos anteriores que dependiam de representação continuam vinculados à condição de procedibilidade ou o Ministério Público pode oferecer denúncia independentemente de iniciativa da vítima? .....	633